

PROJETO DE GESTÃO

(REITORIA 2014-2017)



BITES REITOR

CARLA LIANE VICE



UNEB DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE

BITES REITOR
CARLA LIANE VICE

PROJETO DE GESTÃO

(REITORIA 2014-2017)

(2ª. VERSÃO)

UM PROJETO DEMOCRÁTICO, CONCEBIDO DEMOCRATICAMENTE

Conforme compromisso firmado na apresentação da 1ª versão deste Projeto de Gestão, incorporamos nesta 2ª versão, novas propostas que emergiram do debate democrático desenvolvido ao longo da campanha em diversos e singulares fóruns, assimilando assim, sugestões de propostas convergentes com os princípios que pautam a concepção deste Projeto.

Desde sua primeira versão, construído de forma a contemplar diversas vozes comprometidas com a modernização e crescimento desta instituição, a metodologia para o desenvolvimento e apresentação do Projeto de Gestão em duas versões, foi concebida a partir dos princípios que movem e dirigem a nossa campanha: a busca de uma UNEB Democrática e de Qualidade.

Agradecemos a sua colaboração na construção deste projeto e contamos com sua participação agora referendando-o no dia 09 de Outubro com o seu voto, definindo estes como os rumos da UNEB para o período 2014-2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
UNEB: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO	13
PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE: VALORES E PRINCÍPIOS	15
AUTONOMIA, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO	17
FORMAÇÃO CIDADÃ E PROFISSIONAL	23
Graduação	23
Pós-Graduação	29
Educação a Distância	35
CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA E INOVAÇÃO	41
FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL	47
ACESSO E PERMANÊNCIA: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	53
AÇÕES AFIRMATIVAS	59
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES COM OS INDÍGENAS, ASSENTADOS, QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	63
INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	67
VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PERMANENTE DE SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS E DOCENTES	69
INFRAESTRUTURA	77
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	83

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2013, a UNEB completa 30 anos de uma história dedicada à educação na Bahia, e se prepara para mais uma eleição de seus dirigentes máximos. A eleição de reitor e vice-reitor de uma universidade é um ato da democracia, logo é um momento que exige de toda sua comunidade uma profunda reflexão sobre nossa Universidade, sobre o que queremos e sobre o que ela pode oferecer à sociedade e aos seus docentes, técnicos, discentes e gestores. É o momento de identificar quem efetivamente reúne condições e capacidade de conduzi-la a bons indicadores de qualidade e de compromisso social.

Nesse momento de reflexão, apresentamos nossa candidatura, fruto de amplo apoio de professores, estudantes, técnicos e analistas universitários e gestores. Esse apoio nos encoraja e indica que a partir de políticas de educação superior fundadas em demandas e necessidades institucionais, sociais e territoriais possamos conduzir os destinos da UNEB, com propostas concretas. Trata-se de propostas básicas oriundas da experiência profissional e de diálogos com a comunidade estabelecidos anteriormente, que deverão incorporar novas ideias, que expressem, de modo consistente e coerente, identidade com a comunidade unebiana e, sobretudo, com a sua renovação.

Decorridos 30 anos de história, já é tempo da UNEB reorientar o curso da sua trajetória, incorporar novos conceitos orientadores, modernizar atitudes desgastadas pelo tempo, desenvolver novos e mais ambiciosos projetos repactuando com a sociedade o seu compromisso público

e social em bases mais sólidas e ajustadas às exigências de uma Bahia contemporânea que tem reivindicado da nossa universidade uma participação mais decisiva, propositiva e eficaz na definição do seu caminho rumo ao futuro.

Reconhecemos as dificuldades advindas da natureza multicampi da UNEB, mas também sabemos que essa condição nos potencializa a enfrentar os desafios de um cenário político, econômico, social e tecnológico, local e nacional, constituído por oscilações e mudanças rápidas. O enfrentamento desse cenário requer competência profissional e renovação institucional para conduzir e reorientar a caminhada da nossa Universidade consolidando a sua trajetória e rumo à melhoria e aperfeiçoamento da gestão acadêmica, de pessoal, infraestrutura e, sobretudo, de atendimento às demandas contemporâneas da sociedade.

Uma universidade é uma instituição social do seu tempo. Assim, a UNEB precisa corresponder às suas conquistas, sua expansão e complexidade e precisa fazê-las em sintonia com os avanços culturais, sociais, econômicos e humanos.

Nesse sentido, os candidatos a Reitor e Vice-reitora que ora se apresentam, além de se credenciarem para esta grande tarefa pelas suas respectivas trajetórias profissionais-acadêmicas marcadas pela competente atuação de ambos no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como na gestão administrativa pautada pela responsabilidade, ética e probidade na gestão dos recursos públicos, assumem com a comunidade acadêmica o compromisso de elevar a UNEB à altura da sua grandeza.

Esse verdadeiro compromisso com a modernização democrática e participativa da UNEB começa desde já na

medida em que, conscientes de que a universidade é um projeto permanente construído dia-a-dia, por todos que dela participam, a proposta de gestão aqui apresentada está aberta para incorporar novas ideias que venham a se somar aos propósitos de uma renovação de gestão fundamentada na transparência, na participação e no compromisso social com foco na qualidade.

UNEB: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

Os antecedentes da UNEB remontam à história de diversas faculdades que foram criadas na capital baiana e no interior do estado a partir da década de 1960, com a opção dos governos de expandir o ensino superior a partir da implantação de cursos de formação de professores e, também, como resultado de uma busca da sociedade pelo ensino superior interiorizado como vetor de equidade e inclusão social. Já no início da década de 1980 delineou-se a proposta de universidade *multicampi*, que agregasse o Centro Técnico da Bahia (CETEB), a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetitê e Juazeiro.

De lá para cá a UNEB passou por uma considerável expansão e hoje possui uma grande e complexa estrutura organizacional, expressa em seus 29 Departamentos, 24 Campi que oferecem cerca de 150 cursos nas modalidades presencial e a distância. Tal expansão vem requerendo uma ação de planejamento que articule os diversos setores da Instituição, seu modelo de gestão, sua cultura organizacional de modo a propiciar maior racionalidade, transparência e agilidade na execução dos recursos públicos.

Entendemos que essa estrutura é capaz de ser potencializada a partir da reorientação de sua gestão e da adoção de medidas que tomem como referência e privilegiem a realidade de cada território de identidade. **Isso implica em incrementar uma nova dinâmica na relação ensino,**

pesquisa, extensão e gestão universitária. Essa dinâmica pressupõe investir efetivamente nos pontos de interseção que coabitam nessa relação, de modo **superar as formas convencionais de abordá-los** como atividades apartadas, pontuais e descontínuas.

Ainda que prevaleça uma perspectiva que atribui à universidade o papel preponderante de produzir conhecimento e preparar as pessoas para o exercício competente de uma profissão, a UNEB precisa enfrentar os desafios do seu tempo: **ampliar o acesso à educação superior, especialmente em regiões com baixo desenvolvimento socioeconômico, atender aos grupos populacionais socialmente vulneráveis, formar profissionais competentes, contribuir com o desenvolvimento regional, cultivar valores humanos e a cidadania, promover a pesquisa científica e aplicada, desenvolver projetos sociais,** dentre outros.

PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE: VALORES E PRINCÍPIOS

Anísio Teixeira (1953) define o papel da universidade como matriz da sociedade contemporânea, isto é, uma estrutura e um sistema que estão na origem da produção e reprodução social, mas também com capacidade geradora e criadora que necessitam conviver em uma esfera de autonomia e cultivar uma consciência de saber independente, condição necessária para a produção de novos conhecimentos, em situações de inovação e risco. A universidade não reduz seu papel ao *status* de mera instituição de ensino e pesquisa. É, antes de tudo, um arranjo social que congrega o espírito do homem livre e o progresso da razão, o que, além de conquistar o mundo da natureza, propicia o entendimento da natureza humana, combinação que permite enfrentar novos desafios, novos problemas de cada época.

A formação de pessoas, o avanço do conhecimento e a relação com a sociedade são compreendidos como eixos estruturantes do papel social da Universidade. Para tanto, a UNEB precisa assumir-se como instituição detentora do bem público da formação superior, constituída pelos valores contemporâneos da democracia e da cidadania para legitimar-se socialmente e justificar a sua existência na exata proporção em que, fazendo uso pleno de suas prerrogativas, dentre elas, a da autonomia, responde às demandas do desenvolvimento social e humano na perspectiva da

melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades, indiscriminadamente, em todos os sentidos e dimensões.

Sustentamos com essa premissa, que a UNEB deve, deliberada e programaticamente, filiar-se, em termos institucionais, acadêmicos, administrativos e políticos, a referências conceituais, pluriculturais e inclusivas que orientem todas as ações universitárias no sentido de conduzi-la a assumir o protagonismo propositivo nas definições de desenvolvimento do Estado da Bahia e, em especial, desenvolvimento das regiões e territórios de identidade onde ela se faz presente, de modo articulado com o desenvolvimento nacional.

Não será outro, senão esse, o parâmetro geral de avaliação da sua legitimidade social e excelência acadêmica e profissional enquanto instituição pública, socialmente referenciada.

AUTONOMIA, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

A UNEB é uma autarquia com relativo grau de autonomia de gestão financeira. Esse grau de autonomia é determinado na relação com o Governo do Estado, está subordinado às políticas externas e, também, aos parâmetros adotados para o financiamento das universidades estaduais. A arena de debate dessas políticas precisa ser retomada com um maior nível de articulação entre as universidades estaduais. É preciso pôr em pauta os critérios adotados para o orçamento das universidades estaduais, assim como a distribuição dos recursos entre elas; é necessário discutir a participação da União na sustentação da educação pública superior do estado da Bahia. Apesar do papel da UNEB na formação de profissionais e da sua contribuição ao desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico da Bahia e do Brasil, as políticas e o financiamento não ocorrem na mesma velocidade de exigências e demandas que a UNEB apresenta; isto implica em retardamentos e limitações no desenvolvimento acadêmico e científico, compromete o planejamento e o desempenho institucional, inclusive por postergação da resolução de problemas do cotidiano da vida universitária.

A pulverização de instâncias decisórias e a pouca agilidade da estrutura organizacional, em muitos casos, dificultam as ações cotidianas que demandam respostas céleres. Pode provocar a sobreposição de decisões, confundir os gestores, gerar morosidade nos procedimentos administrativos e acadêmicos e, em certa medida, dispersar

as ações dos setores por envolvê-los em todo tipo de decisão. Para além da estrutura formal de democracia, os órgãos colegiados, é importante identificar e promover as condições que viabilizem a participação atuante e comprometida com as demandas de gestão da UNEB. Ademais, a gestão universitária depende de uma equipe profissionalizada e integrada trabalhando com base nas diretrizes estabelecidas em seu planejamento que, por sua vez, precisa de contínua reavaliação. Diante deste cenário, apresentamos a seguir um conjunto de proposições divididos entre princípios gerais e propostas específicas.

PRINCÍPIOS GERAIS

- Contribuir para o desenvolvimento nacional atuando de forma propositiva na eliminação das desigualdades regionais, na defesa da democracia, justiça e cidadania, através da produção e difusão do conhecimento socialmente referenciado e alicerçado na gestão de pessoas, no ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo, para isso, programas estratégicos que garantam o fortalecimento dos diferentes níveis de educação, promoção da ciência, tecnologia e inovação;
- Reafirmar permanentemente o papel da UNEB na formação de profissionais e de sua contribuição ao desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico da Bahia;
- Liderar um processo político, no âmbito do Estado, articulado com representações do

legislativo, visando instituir novos formatos legais para as universidades estaduais da Bahia, em reconhecimento das suas trajetórias e identidades institucionais, substituindo ou promovendo alterações na lei estadual n.º 7.176/97 e adequando-as às prerrogativas constitucionais da autonomia universitária e aos novos papéis que a sociedade demanda de uma universidade contemporânea;

- Promover a abertura de uma discussão, em âmbito estadual e nacional, sobre a inserção das universidades estaduais do país, na estrutura e programas de financiamento dos órgãos federais responsáveis pela educação superior pública bem como no campo da ciência, tecnologia e inovação;
- Atuar, de modo proativo, junto ao Governo do Estado, em parceria com representações políticas pertinentes ao campo da educação e do desenvolvimento regional da Bahia, no sentido de estabelecer um planejamento composto de ações concretas que definam e demarquem os níveis de atuação e de articulação das instituições públicas de educação superior nas regiões da Bahia;
- Em interlocução com as demais Universidades Estaduais, atuar na construção de uma política estadual de fortalecimento e expansão do ensino superior do Estado da Bahia, trabalhando na viabilização de mecanismos institucionais de apoio do governo federal e iniciando a discussão da construção de um Fundo para o Ensino Superior do Estado, com recursos oriundos dos governos Federal e Estadual, inscrevendo este

Fundo nas discussões sobre a destinação de royalties do petróleo, como também de outros recursos minerais, recursos provenientes da produção agroindustrial, bem como da produção de energia elétrica.

PROPOSTAS

- Estabelecer uma política de governança com decisões tomadas com base em critérios transparentes e fruto da participação permanente da comunidade acadêmica;
- Instituir mecanismos de Normatização, Regulação, Controle e Acompanhamento de contratos e convênios, de forma a garantir a transparência e lisura destes processos na Universidade, com pleno atendimento aos princípios da gestão pública e respeitados os fóruns internos de deliberação e acompanhamento.
- Fortalecer a autonomia dos Departamentos a partir do respeito às regulamentações específicas e à descentralização de decisões acadêmicas, administrativas e financeiras com foco no cumprimento da missão institucional;
- Promover o diálogo permanente no âmbito interno e garantindo a participação e funcionamento pleno do CONSU e CONSEPE;

- Atualizar os documentos institucionais (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico), e incluir concepções, objetivos e metas orientadas pelas referências contemporâneas e democráticas sobre formação, participação e contribuição para o desenvolvimento socioeconômico com inclusão social;
- Rever os instrumentos normativos internos de forma a dar institucionalidade e celeridade aos processos acadêmicos, administrativos e políticos de implantação de uma universidade renovada e ajustada às demandas da contemporaneidade;
- Aperfeiçoar a alocação de recursos orçamentários de acordo com as diretrizes e prioridades institucionais com visibilidade, transparência e respeito às especificidades departamentais;
- Investir na infraestrutura tecnológica de informação e comunicação da universidade, visando consolidar e dinamizar os processos de fluxo e de acessibilidade às informações;
- Desenvolver uma política de captação de recursos públicos e privados com respeito aos princípios de uma universidade pública e gratuita;
- Assumir a responsabilidade da expansão com qualidade na implementação de cursos de graduação e de pós-graduação, se comprometendo a garantir a infraestrutura e os recursos financeiros necessários durante o período de consolidação do curso, delimitado pela formação da primeira

turma. Após este período definir indicadores de incremento no orçamento do Departamento para manutenção do curso.

- Definir condições gerais para acolher novos cursos a partir de estudos no âmbito da UNEB, ou seja:
 - » Realizar o processo de expansão em etapas planejadas referenciadas pelos estudos de viabilização;
 - » Estabelecer uma política orçamentária financeira de sustentação dos novos cursos pela administração central, nos primeiros anos de consolidação;
 - » Articular com as outras instituições de educação superior públicas para o atendimento das novas demandas à UNEB, com vistas a evitar a duplicação de cursos na mesma região;
 - » Buscar financiamento para novos cursos de graduação junto aos governos estadual e/ou federal;
 - » Constituir comissão permanente junto à Reitoria para acompanhar e subsidiar a política de expansão;
 - » Consolidar na UNEB um banco de dados com informações qualificadas e destinadas a fundamentar a tomada de decisões sobre a vida acadêmica da Universidade, em articulação com os Colegiados de Curso, NUPE e a política de assistência estudantil da UNEB.

FORMAÇÃO CIDADÃ E PROFISSIONAL

GRADUAÇÃO

A formação de pessoas como cidadãos e profissionais sensíveis, reflexivos, criativos, investigativos, críticos, competentes técnica, política e eticamente, comprometidos com a aplicação do conhecimento em prol da melhoria da qualidade de vida da população é a missão da universidade de maior impacto social, seja pelo contingente de pessoas que abarca, seja pelo efeito multiplicador da ação de seus egressos. É um processo complexo e desafiante para os atores envolvidos, ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos. Pressupõe a adoção de práticas educativas que possibilitem ao estudante:

- papel ativo na construção do seu conhecimento;
- resolução de problemas do contexto da prática profissional;
- reflexão sobre a própria prática;
- questionamento às teorias;
- cotejamento entre teorias e realidades;
- pesquisas desenvolvidas no contexto formativo, dentre outros.

Tais práticas colocam a Universidade como *locus* essencialmente formativo.

PROPOSTAS

- Fomentar um ensino baseado na pesquisa e comprometido socialmente por meio da extensão, focado no contexto da prática profissional objeto da formação;
- Implantar fóruns de discussão sobre a graduação na UNEB com a ampla participação da comunidade acadêmica e representante da sociedade com vistas à realização de diagnósticos e definição de diretrizes voltadas para o redimensionamento e criação de cursos de graduação articulados com as necessidades dos territórios e do mundo do trabalho, favorecendo a empregabilidade dos formados, respeitando as competências específicas dos Colegiados de Curso, Conselhos de Departamento, CONSEPE E CONSU;
- Garantir a implementação da expansão qualificada, com planejamento adequado, viabilidade financeira, pela administração central nos primeiros anos de consolidação, através de recursos próprios ou captados junto a órgão municipais, estaduais e federais e articulação interinstitucional;
- Ampliar vagas e cursos de graduação no turno noturno, com garantias de qualidade, viabilizando o acesso de trabalhadores que atuam nos demais turnos;
- Implementar Programa Tutorial Institucional de Bolsa para os estudantes de Bacharelado, com

vistas ao fortalecimento da sua formação através da vivência em atividades profissionais orientadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

- Consolidar as áreas de conhecimento de Ciências da Saúde, Engenharias e Artes com ofertas de cursos de graduação, a partir das discussões nos fóruns inter e intrainstitucionais e aprovadas pelo CONSEPE E CONSU;
- Consolidar fóruns de discussão permanentes por área de conhecimento do ensino de graduação com vista ao redimensionamento curricular, a partir dos princípios da flexibilidade, articulação por núcleos de conhecimento, eixos, temas ou componentes curriculares, articulação teoria-prática, contextualização, atendimento às demandas legais e sociais, autonomia intelectual, pesquisa e extensão como princípio formativo e mobilidade;
- Fomentar o contato e a produção de atividades artísticas em suas diversas formas de expressão desenvolvendo a sensibilidade e o respeito às diferentes linguagens e culturas.

A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA COMPROMISSO HISTÓRICO E SOCIAL DA UNEB

O cenário-contemporâneo, no Brasil e na Bahia, expressa inúmeros desafios para a escola básica e para os seus professores. Esses desafios, sinalizados na legislação educacional brasileira, a exemplo da LDBEN 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, implicam para o professor dessa escola:

- compromisso com o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação de atitudes e valores éticos e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria trabalhada em cada componente curricular com a prática e o contexto social;
- reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e étnica baiana;
- desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, do espírito inventivo, da curiosidade;
- desenvolvimento do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

Cumprir tais perspectivas exige da UNEB e, conseqüentemente, dos docentes, o compromisso coletivo de reestruturar as licenciaturas garantindo a coerência

entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor. Para tanto, faz-se necessário:

- Fomentar o eixo formativo que efetivamente articule os saberes produzidos na Universidade com os saberes produzidos no/pelo contexto do exercício profissional do futuro professor;
- Fomentar o desenvolvimento de um ensino com pesquisa e comprometido socialmente com a extensão, sob o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular a construção de uma identidade docente comprometida com o papel social da profissão e com a renovação da escola, mediante a reflexão e ressignificação das representações, crenças, preconceitos, estereótipos e atitudes frente aos conhecimentos e à prática profissional, articulando na formação inicial para a docência, pensamento, sentimento e ação com integração no processo de ensino-aprendizagem das linguagens artísticas como a literatura, o teatro e o cinema, potentes aliados do desenvolvimento da sensibilidade e da criatividade;
- Investir no desenvolvimento da construção de competências da leitura/compreensão de texto e da escrita acadêmica de modo a promover a capacidade comunicativa do licenciando;
- Valorizar a escola pública como espaço para a construção do conhecimento na formação de professores para a Educação Básica.

PROPOSTAS

- Constituir e consolidar, em parceria com secretarias de educação (estadual e municipais), núcleos universitários nas escolas públicas de Educação Básica na perspectiva de inovar e promover um ensino de qualidade, como ação universitária articulada com a formação inicial dos futuros professores, ao longo de todo o curso, bem como para a formação continuada dos professores nas escolas públicas baianas;
- Implementar Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, fortalecendo a Formação Docente através da inserção/atuação no cotidiano das escolas públicas e contribuindo para elevação da qualidade do ensino público no país, função social da Universidade.
- Instituir a residência docente como etapa final do processo formativo, garantindo o processo de reflexão-ação inerente ao exercício profissional do educador e a permanente articulação entre docentes residentes, professores em exercício e professores das licenciaturas;
- Estimular a integração da Educação Superior com a Educação Básica, de modo a estabelecer a construção de projetos coletivos que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública;
- Elevar a melhoria da qualidade da Educação Básica através da articulação dos cursos de formação

promovidos pela universidade: cursos presenciais reguladores, EaD, Plataforma Freira, outros.

- Implementar a oferta de licenciaturas nas áreas de Física, Química, Filosofia e Artes para os professores em exercício das redes públicas de ensino estadual e municipais, através do Programa de Ações Articuladas para Formação de Professores – PLATAFORMA FREIRE.

PÓS-GRADUAÇÃO

Uma das ações constitutivas da identidade e do caráter da universidade contemporânea é o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, a partir da pesquisa. Muito embora a prática da pesquisa não se restrinja aos Programas de Pós-Graduação, hoje, é a partir deles e dos desdobramentos que eles ensejam, que a universidade organiza a pesquisa de modo mais sistemático, com maior potencial de excelência e de relevância social e científica.

Para uma universidade, relativamente jovem, como a UNEB, cuja principal ação acadêmica concentrou-se durante um bom tempo nos cursos de graduação, em especial, nas licenciaturas, a implantação e, principalmente, a consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* configura-se como um grande desafio, sobretudo porque os Programas de Pós-Graduação são submetidos ao rigoroso crivo avaliativo anual da CAPES/MEC.

De alguma maneira, parte desse desafio vem sendo vencido ao constatarmos o inédito crescimento numérico dos Programas de Pós-Graduação da UNEB, em especial entre 2006 e 2010. Porém, em termos da legitimidade acadêmica da universidade no interior da comunidade científica baiana e nacional, a consolidação desses Programas de Pós-Graduação tem encontrado dificuldades imensas a ponto de dois deles terem sido descredenciados pela CAPES/MEC, na primeira avaliação trienal enfrentada por cada um.

O descredenciamento de dois Programas em um universo, à época, de 11 Programas, não pode ser considerado algo trivial. Mais do que isso, grande parte da comunidade universitária, vinculada aos Programas de Pós-Graduação, tem se manifestado publicamente acerca das dificuldades para mantê-los e, mais ainda, para fazê-los crescer de conceito nas avaliações regulares.

A produção intelectual de docentes e estudantes da pós-graduação é fator primordial na avaliação da CAPES/MEC, e é o “calcanhar de Aquiles” da UNEB. Tem sido observado que muitos fatores concorrem para a baixa produtividade científica como também para o ainda baixo índice de inserção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação na dinâmica institucional da UNEB. Dentre esses fatores podemos destacar:

- a. a ausência de organicidade da maioria dos Programas, geralmente constituídos pela junção de individualidades, desatendendo requisitos acadêmicos mínimos exigidos, tais como, projetos coletivos e grupos de pesquisa, prévia produção científica na área/tema, ou mesmo

afinidades e conjunção de propósitos acadêmicos e profissionais;

- b. dedicação parcial dos docentes aos Programas;
- c. ausência de normatizações precisas que regulamentem a relação entre graduação e pós-graduação;
- d. ausência de mecanismos que garantam a efetivação da política editorial da universidade para estabelecer a articulação sistêmica entre a Editora UNEB e os pesquisadores da UNEB;
- e. ausência de compromisso da UNEB com a Editora, enquanto espaço político e estratégico, para garantir a sua participação efetiva nos fóruns de discussão sobre produção e publicação científica da Universidade;
- f. desobrigação de vinculação dos doutores da UNEB a Programas de Pós-Graduação; f) baixíssimo investimento na articulação interinstitucional, regional, nacional e internacional;
- g. ausência de mecanismos de avaliação interna e de cobrança de produtividade científica.

Por óbvio, diante desse quadro a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNEB, não obstante a sua importância decisiva na construção da almejada excelência é, atualmente, a ação de perfil acadêmico mais susceptível a ameaças no desenvolvimento do seu processo de consolidação requerendo, portanto, ações de reorganização e de correção, urgentes. A Pós-Graduação é, inclusive, fator determinante

da manutenção do estatuto acadêmico da UNEB como Universidade.

PROPOSTAS

- Incluir a Pós-Graduação *Stricto Sensu* como dimensão prioritária no processo de construção e manutenção da qualidade acadêmica da UNEB;
- Autonomizar a gestão administrativa da Pós-Graduação da UNEB, sem a perda das conexões acadêmicas necessárias e recomendáveis com a pesquisa;
- Fortalecer o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da UNEB instituindo-o como parceiro privilegiado na definição das diretrizes de gestão administrativa e acadêmica da Pós-Graduação;
- Construir, democraticamente, uma política permanente de Pós-Graduação da UNEB que, após aprovada pelo CONSEPE e CONSU, se consolide como uma política institucional e não apenas como uma política temporária de gestão;
- Fomentar e aperfeiçoar o processo de internalização cultural da importância e imprescindibilidade da Pós-Graduação na definição identitária da UNEB;
- Instituir mecanismos e indicadores de avaliação capazes de mensurar a qualidade de gestão da Pós-Graduação e dos Programas de Pós-Graduação,

bem como os impactos (internos e externos) gerados pelos Programas em termos da formação avançada de pesquisadores e professores;

- Estimular e normatizar a colaboração entre Departamentos e RGDs na proposição e gestão de Programas de Pós-Graduação;
- Normatizar exigências mínimas internas para proposição, aprovação pelo CONSU e funcionamento de Programas de Pós-Graduação na UNEB;
- Definir áreas prioritárias para proposição e implantação de Programas de Pós-Graduação em conformidade com as especificidades da multicampia da UNEB, das RGDs e das demandas locais/regionais, cotejando demandas e metas da CAPES e do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) com as especificidades e demandas da UNEB, em especial as relativas à formação de quadros para o desenvolvimento das localidades e regiões, no curto e médio espaços de tempo.
- Investir, prioritariamente, na elaboração de um Plano de Expansão dos Mestrados Profissionais em conformidade com as demandas locais e regionais de desenvolvimento;
- Elaborar Plano de Fomento e Apoio Acadêmico para todos os Programas de Pós-Graduação, atualmente em curso na UNEB, com o objetivo de que cada um deles (de forma progressiva: dos mais

antigos aos mais novos) possa encaminhar, junto à CAPES/MEC, proposta de cursos de Doutorado;

- Fomentar a inclusão dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no interior de Programas de Pós-Graduação;
- Propor a organização da I Conferência de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UNEB, com a participação de toda a comunidade universitária, em especial, dos pesquisadores e professores de pós-graduação e com o objetivo de aprovar teses que subsidiem a elaboração de um Plano Universitário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação a ser submetido ao CONSU;
- Integrar os Programas e Cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* de forma clara e estreita na estrutura de gestão e funcionamento dos Departamentos, conformando-os ao Estatuto e Regimento Geral da UNEB;
- Proporcionar condições satisfatórias ao funcionamento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de diagnóstico das suas necessidades reais de funcionamento administrativo, acadêmico, tecnológico e infraestrutural.
- Buscar fontes exclusivas de financiamento para a produção científica a partir da relação com o governo do estado, com fundações públicas e com outros setores da sociedade;
- Ampliar e dar regularidade aos programas e/ou ações internas de financiamento da produção e da

difusão científica relacionados aos Programas de Pós-Graduação.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Diferentes ações de pesquisa e produção do conhecimento em torno da questão da Educação a Distância e das Tecnologias da Informação e Comunicação, em processos formativos, constituem a atuação da UNEB como uma instituição de referência na oferta e na construção de conhecimento sobre esta modalidade de ensino.

Os estudos e ações institucionais que geraram a implantação da EaD na UNEB estão relacionados aos trabalhos que iniciaram a cultura de Educação e TIC na Universidade, desde 1995, com a criação e instalação do Núcleo de Educação e Tecnologias Inteligentes (NETI) no DEDC I, e constituição de uma linha de pesquisa no Programa Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). A partir desta base acadêmica e da atuação de uma equipe multidisciplinar articulada pela então Coordenação Central de Educação a Distância – PROGRAD / UNEB, foram criados os primeiros projetos de cursos em EaD da Universidade, alcançando no ano de 2005 o credenciamento no Ministério da Educação (MEC) para o oferecimento de cursos a distância.

Atualmente, a UNEB desenvolve diferentes projetos que incorporam essa modalidade de ensino e integra

o Consórcio de Instituições Públicas de Educação Superior da Bahia para oferecimento de cursos e atuação em EaD no âmbito do Estado, em resposta à política nacional implementada e coordenada pelo MEC/CAPES, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O início da oferta de cursos de graduação a distância na UNEB ocorreu no ano de 2006, através da oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública, Projeto Piloto da Universidade Aberta do Brasil. A partir de 2008, com a efetiva implantação da UAB, teve início na UNEB a oferta de mais doze cursos de graduação e quatro cursos de Pós-graduação *lato sensu*, além de diversos cursos de extensão.

A EAD está presente nos cursos presenciais de graduação da UNEB, desde o ano 2010, com a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme regulamentação nacional. Esse projeto foi implementado pela PROGRAD a partir de 2010.

A natureza multicampi da UNEB, presente em todos os territórios de identidade do Estado da Bahia e a diversidade de suas ações junto à sociedade, descortina a condição de instituição fértil em potencialidades ainda não totalmente aproveitadas em função da complexidade das demandas de gestão e comunicação. A consolidação da cultura acadêmica de utilização das TIC favorece a comunicação e gestão em rede do conhecimento, ampliando e qualificando os serviços prestados pela Universidade, ao tempo

em que permite um aprofundamento dos canais de diálogo e efetiva participação dos três seguimentos universitários nos processos decisórios da UNEB.

A modalidade de Educação a distância constitui um excelente instrumento para a UNEB como uma possibilidade de ampliação da sua capilaridade, e abertura de novas perspectivas de ação para os departamentos já consolidados, ao tempo em que a insere em um panorama de ampla integração do ensino, pesquisa e extensão com as tecnologias da informação e comunicação. Identificar e viabilizar as possibilidades de inserção de gestão da EaD na realidade da UNEB representa um avanço para a multicampia devido a capilaridade da universidade.

O que se propõe para a nova gestão da UNEB é institucionalizar a educação na modalidade a distância, integrando estas ações às demais desenvolvidas na Universidade e à sua estrutura formal, construindo caminhos para a convergência entre as modalidades presencial e a distância, que possa permitir aos estudantes flexibilidade e maior autonomia na construção de suas trajetórias formativas, otimizando as possibilidades de acesso ao conhecimento científico, à formação profissional, enfim, à cidadania.

PROPOSTAS

- Reestruturação do Centro de Pesquisa e Tecnologia - CPT para, em articulação com os programas de pós-graduação da Universidade, desenvolver ações e projetos de educação mediados por tecnologias no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, em articulação com os NUPES e Departamentos, como formato de institucionalização da EAD na UNEB;
- Fortalecimento das instâncias de assessoramento e acompanhamento das atividades acadêmicas da EaD nas Pró-Reitorias Acadêmicas;
- Promoção da articulação dos Pólos presenciais do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB com os Departamentos da UNEB, como estratégia de institucionalização dos cursos a distância oferecidos na Universidade através deste Programa, integrando o acompanhamento acadêmico destes cursos à capilaridade de gestão da multicampia;
- Construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da UNEB para Educação Mediada por Tecnologias (incluindo a Educação a distância e Semi-presencial), constituindo fóruns permanentes de acompanhamento e regulamentação do desenvolvimento destas ações, potencializando os recursos humanos qualificados que a Universidade possui nesta área;

- Reordenamento da estrutura e funcionamento dos cursos Especiais a distância (UAB) a partir do Projeto Pedagógico para Educação Mediada por Tecnologias da UNEB;
- Inserção dos discentes dos programas especiais oferecidos em convênio com a Universidade Aberta do Brasil – UAB na política de acesso e permanência implementada na UNEB;
- Estimulo à integração do ensino, pesquisa e extensão nos programas especiais a distancia (UAB);
- Construção e desenvolvimento de uma Política de Formação para técnico-universitários, docentes e discentes, voltada para a promoção da autonomia tecnológica nas atividades acadêmicas e administrativas, contemplando ainda as áreas de Tecnologias e linguagens tecnológicas, Provimento de Infraestrutura tecnológica e Desenvolvimento de objetos de aprendizagem.

CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA E INOVAÇÃO

Nos últimos 8 anos, a pesquisa e a inovação na UNEB vem experimentando um crescimento dado pelo aumento no número de projetos de pesquisa, consolidação dos Programas de Iniciação Científica, opção pelo ordenamento e democratização do financiamento interno da pesquisa, através dos editais com financiamento próprio e implantação da Agência de Inovação, dentre outras ações. No entanto, é notória a ausência de uma efetiva política de pesquisa e inovação que defina parâmetros acadêmicos e normativos gerais de gestão e de harmonização dos esforços setorizados, capaz de induzir objetivos comuns estabelecidos, com repercussões mais céleres no crescimento, na qualidade e, sobretudo, na dimensão social da produção científica em cada unidade acadêmica da UNEB, independentemente da sua localização, natureza ou características. Sem uma configuração política e academicamente articulada como a aqui proposta, a pesquisa e a inovação na Universidade continuarão alimentando a imensa disparidade e desequilíbrio entre os *campi* no que diz respeito aos seus respectivos índices de produtividade acadêmica. Desta forma, não se produz os efeitos sociais e acadêmicos esperados, conformados às especificidades de uma universidade multicampi que, diante do imperativo moral de preservar as diferenças locais e regionais como seu mais rico patrimônio cultural, deve adotar como método de gestão a equalização democrática e afirmativa nos seus esforços gerais de investimento e de ação administrativa.

A ausência de uma política, nos termos aqui colocados, é um indicador incontestável de que o crescimento aludido deveu-se mais a uma pressão inercial da demanda espontânea por pesquisa e produção de conhecimento - sobretudo devido ao aumento progressivo do número de professores com titulação de mestres e de doutores - do que como resultado concreto de uma ação mais concentrada e programática da Universidade.

O crescimento da pesquisa na UNEB é reconhecido por todos, mas não é menos evidente a consciência geral de que esse crescimento pode e deve ser melhor orientado através de metas e objetivos claramente definidos e socialmente referenciados, seja no sentido de dar suporte à pós-graduação, de alinhar-se com os objetivos formativos do ensino e de expandir e difundir os seus resultados através da extensão universitária.

A pesquisa e a inovação são, por excelência, os canais contemporâneos de inserção da universidade no mundo da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura. A pesquisa e a inovação compõem o terreno apropriado para a dinamização das relações de parceria, com setores públicos e produtivos, assim como as relações de intercâmbio e de cooperação entre as várias regiões, estados e nações.

PROPOSTAS

- Consolidar a pesquisa e a inovação como dimensões prioritárias no processo de construção e manutenção da excelência acadêmica da UNEB;

- Autonomizar a gestão administrativa da pesquisa e inovação da UNEB sem a perda das conexões acadêmicas necessárias e recomendáveis com a pós-graduação;
- Construir, democraticamente, uma política permanente de Pesquisa e Inovação da UNEB que, após discutida pelo CONSEPE e aprovada pelo CONSU, imponha-se como uma política institucional e não apenas como uma política temporária de gestão;
- Fomentar e aperfeiçoar o processo de internalização da importância e imprescindibilidade da Pesquisa e da Inovação na definição identitária da UNEB;
- Instituir mecanismos e indicadores de avaliação capazes de mensurar a qualidade de gestão da Pesquisa e da Inovação, bem como os impactos (internos e externos), dos alcances e resultados gerados pelos centros, núcleos e grupos de pesquisa e/ou inovação da UNEB;
- Fomentar a prática da pesquisa e da inovação em todos os Departamentos da UNEB, indistintamente, orientando-a na perspectiva de formação ou consolidação dos grupos de pesquisa institucionais e de modo articulado com o ensino e a extensão universitária;
- Promover debates e estudos visando a definição das áreas prioritárias de pesquisa, observadas as especificidades da multicampia da UNEB, das RGDs e das demandas locais/regionais de desenvolvimento;

- Investir na elaboração de um Plano de Formação em Pesquisa Aplicada como suporte aos mestrados profissionais implantados pela UNEB;
- Normatizar e regularizar o financiamento da Pesquisa e da Inovação na UNEB;
- Implantar e/ou reforçar a estrutura administrativa e acadêmica dos Centros e Núcleos de Estudos e/ou Pesquisas da UNEB, bem como autonomizar o formato de gestão dos mesmos, com o objetivo de promover o crescimento e a regularidade das suas respectivas atividades finalísticas;
- Ampliar e dar regularidade aos programas e/ou ações internas de financiamento da pesquisa e da inovação destinando recursos para editais internos de fomento ao desenvolvimento de projetos;
- Propor a organização da I Conferência de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UNEB, com a participação de toda a comunidade universitária, em especial, dos pesquisadores e professores de pós-graduação e com o objetivo de aprovar teses que subsidiem a elaboração de um Plano Universitário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação a ser submetido ao CONSU;
- Buscar fontes de financiamento para a produção científica, a partir da relação com o governo do Estado, com fundações públicas e com outros setores da sociedade;
- Estimular parcerias com instituições públicas e privadas e organizações sociais com vistas à participação nos debates sobre os grandes temas

da sociedade brasileira, que demandem ampliação de conhecimentos com vistas a orientar decisões, implantar e/ou aperfeiçoar políticas públicas ou ações específicas de benefício público geral;

- Consolidar a cultura de apoio à proteção da propriedade intelectual - produtos e conhecimentos - da comunidade acadêmica da UNEB reforçando a estrutura administrativa, autonomizando o formato de gestão e definindo uma política permanente de financiamento da Agência de Inovação;
- Implantar Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e/ou Inovação para docentes, analistas e técnico-administrativos com o objetivo de estimular o rápido crescimento dos indicadores científicos da UNEB, em especial, dos Programas de Pós-Graduação.

FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A extensão universitária encontra-se em pleno processo de institucionalização, no Brasil, a partir da constituição do Fórum dos Pró-reitores de Extensão (FORPROEX), em 1987. Entretanto, a proposta de um marco legal sobre a extensão, propriamente dita, para a educação superior, continua na pauta das universidades brasileiras e planos nacionais de extensão. Como algumas universidades, a UNEB traz, desde sua criação, a extensão como parte do seu compromisso social. A despeito disso, há fragilidades na articulação entre a extensão, a pesquisa e o ensino que precisam ser superadas.

A gestão da extensão, na UNEB, precisa ver-se integrada com a vida acadêmica, para ser capaz de apoiar, criticamente, o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico das comunidades e entidades no seu entorno. Nesse tipo de abordagem é imprescindível o envolvimento dos discentes, docentes e técnico-universitário, assim como a inserção da extensão na dinâmica da vida acadêmica da Universidade, junto ao ensino e à pesquisa.

A Universidade do Estado da Bahia deve assumir o compromisso social e político de desenvolver uma política que reafirme a extensão universitária como um processo acadêmico, que articula o ensino e a pesquisa, indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Tal relação implica em

uma via de mão dupla, de produção do conhecimento objetivando promover a mudança social por meio da defesa dos princípios da democracia, reconhecimento social, justiça, equidade e respeito à preservação ambiental.

É objetivo desta proposta de gestão, “em consonância com as políticas nacionais, estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e Inter profissionais de setores da Universidade e da sociedade, criando condições efetivas de formação, produção de conhecimento e participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.” (Plano Nacional de Extensão, 2012).

Entende-se, portanto, que para viabilizar tais ações será necessário assegurar os recursos institucionais e, ainda, estabelecer relações de financiamento/ captação de recursos, desde que reafirmem o princípio de universidade pública de forma transparente e participativa, que torna viável a realização e fortalecimento de programas e projetos e demais ações dessa natureza voltadas ao desenvolvimento social, por via do reconhecimento da diversidade regional em seus diversos aspectos (habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho; Esporte e Lazer.

Dessa forma, a extensão universitária articulada ao ensino e pesquisa, deverá se constituir também em um meio viável de articulação da universidade com a Educação

Básica fortalecendo uma visão sistêmica dos diversos níveis de ensino comprometidos com a melhoria dos indicadores educacionais das diversas regiões do Estado da Bahia.

Também compõe esta proposta o entendimento da necessidade de fortalecer, por meio da extensão, ações voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística entendendo-as como relevantes para a afirmação da pluralidade das manifestações regionais em um contexto de multicampia universitária.

Diante dessa muticampia característica da UNEB busca-se, ainda, por meio das ações extensionistas, o estímulo à educação ambiental prezando pelo desenvolvimento de ações de sustentabilidade dos múltiplos espaços e das múltiplas formas de produção destes.

Dessa forma, este **Programa de Gestão** reafirma em seus objetivos, o que preconiza a política nacional de extensão, entendendo essa instância central para o cumprimento da missão da universidade pública, reafirmando-a como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade.

PROPOSTAS

- Aperfeiçoar a política de Extensão da UNEB que, após discutida pelo CONSEPE e aprovada pelo CONSU, imponha-se como uma política institucional e não apenas como uma política temporária de gestão;

- Fomentar ações extensionistas com as comunidades do entorno dos Campi e com a sociedade, voltadas para o desenvolvimento de atividades de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Esporte e Lazer;
- Instituir mecanismos e indicadores de avaliação capazes de mensurar a qualidade de gestão da Extensão, bem como os impactos (internos e externos), dos alcances e resultados gerados pelos projetos da UNEB;
- Estabelecer parcerias com setores da sociedade, com órgãos governamentais e não-governamentais e movimentos sociais de modo a viabilizar programas e projetos consistentes e permanentes que efetivamente alcancem suas finalidades;
- Estimular o diálogo acadêmico entre cursos de graduação e de pós-graduação, identificando as interfaces entre ensino, pesquisa e extensão como estratégia indispensável à qualificação da ação extensionista universitária;
- Incentivar uma maior articulação entre os projetos e ações sob a responsabilidade de cada Departamento visando ampliar a compreensão de que a formação universitária se completa no ciclo do acesso ao conhecimento existente e sua difusão e ou aplicação na sociedade;
- Fortalecer o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI, a partir da articulação com

o ensino e a pesquisa e da busca pela interação dialógica entre a Universidade e a sociedade.

- Garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, articulada com os programas de pós-graduação (mestrados profissionalizantes), e seu impacto na formação do discente, superando a tradição de desenvolvimento de ações isoladas, particularmente na área de prestação de serviços;
- Assegurar o uso de tecnologias educacionais inovadoras e efetivas nas ações de Extensão Universitária, de forma a garantir seu fortalecimento;
- Estimular ações integradas com o ensino e a pesquisa que promovam o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida.

ACESSO E PERMANÊNCIA: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Um dos grandes desafios a ser enfrentados na instituição, como ação prioritária de gestão, diz respeito à proposição e consolidação de uma efetiva **Política de Assistência Estudantil**, contendo princípios, diretrizes, amparo legal e financeiro como forma de assegurar aos estudantes a garantia dos direitos sociais que amparem à democratização do acesso ao ensino superior, público, gratuito, mas também a efetiva permanência dos discentes com vista a uma formação integral e qualificada, preparando tais atores para a atuação cidadã e inserção no mundo do trabalho.

Esse é um compromisso a ser firmado entre a universidade e a sociedade como forma de reduzir os efeitos perversos das desigualdades sociais traduzidos nas mais diversas dificuldades apresentadas por um conjunto expressivo de estudantes que, apesar de acessarem esse espaço, por serem provenientes de segmentos sociais vulneráveis, vivenciam no seu cotidiano dificuldades concretas na efetivação de uma trajetória de formação acadêmica de sucesso, levando-os ao atraso na conclusão do curso ou até mesmo ao abandono.

Dessa forma, para que o segmento discente possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado a uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender

às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e demais condições, conforme preza o Plano Nacional de Assistência Estudantil (2008).

Assumimos o que preconiza tal plano no sentido de entender a **assistência estudantil** como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (PNAE, 2008).

Entende-se, portanto, a Assistência Estudantil como uma instância de investimento na educação superior público, gratuito, atrelado a um projeto acadêmico que tem como função social garantir um espaço qualificado, de formação integral e integrada, através do engajamento desses estudantes de forma protagonizada, nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Dessa forma, sugerimos a adoção de estratégias programáticas voltadas para a garantia da qualidade do ensino associado à pesquisa, formação integral dos estudantes e redução da evasão.

PROPOSTAS

- Promover a equidade na atenção aos discentes que fazem parte da estrutura *multicampi* da UNEB;
- Dotar o apoio estudantil de transparência, por meio das ações da Pró-Reitoria de Assistência

Estudantil como órgão coordenador da política de apoio ao estudante;

- Implantar o Observatório da Vida Universitária-banco de dados, com informações das condições socioeconômica, formação na educação básica e desempenho na universidade, visando produzir indicadores de acompanhamento e definição das ações da Política de Assistência Estudantil, com vista a qualidade da permanência e redução da evasão;
- Garantir e ampliar a Política de Bolsas integrada a um plano institucional de Assistência Estudantil, assegurando a permanência e a qualidade da formação e envidar esforços no sentido de promover novas formas de apoio financeiro utilizando como parâmetro a situação de vulnerabilidade dos estudantes;
- Implantar Sistema Unificado de Gerenciamento e Acompanhamento de concessão de Bolsas, articulando todos os Programas internos e das agências de fomento;
- Definir a política de adequação das residências universitárias com vista a construção planejada em todos os campi no prazo de quatro anos, com ampliação de vagas, infraestrutura necessária de equipamentos, mobiliários, redes elétrica, hidráulica e lógica, garantido o mesmo atendimento de qualidade para todos os *campi*;
- Implantar os Restaurantes Universitários nos *campi*, envolvendo projetos de construção

ou adequação de estruturas, assegurando a sustentabilidade e a qualidade do atendimento, com base em critérios estabelecidos pela gestão de forma participativa e transparente;

- Implementar para todos os Campi programas com ações voltadas para a assistência à saúde e psicossocial dos discentes, garantindo a qualidade de vida e permanência na universidade;
- Construir, adequar estruturas físicas existentes e/ou garantir espaços em creches através de parcerias institucionais para atender à comunidade universitária;
- Fomentar a criação de projetos e espaços centrados na autonomia intelectual dos estudantes, de modo que viabilizem o compartilhamento de experiências, dúvidas e auxílio mútuo, se constituindo, efetivamente, em um lugar de formação continuada;
- Implementar Editais específicos destinados à comunidade discente para o desenvolvimento de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, livremente propostos por estes e desenvolvidos como formação complementar agregadora à formação curricular;
- Estimular intercâmbios com universidades estaduais, nacionais e estrangeiras a partir de parcerias interinstitucionais como forma de oportunizar uma experiência ímpar de formação na trajetória acadêmica;

- Atuar politicamente junto às instâncias estaduais e municipais de gestão de transporte urbano/intermunicipal, de forma a garantir a ampliação e regularidade de linhas e pontos de transporte coletivo destinado à mobilidade da comunidade acadêmica.
- Fomentar a participação dos estudantes em programas de ensino, pesquisa e extensão a partir da ampliação das bolsas de Iniciação Científica, de Monitoria de ensino e de extensão, e de projetos outros financiados por agências externas;
- Propor alteração na Lei 7176/97 com vista a assegurar a ampliação da participação das representações estudantis nas instâncias deliberativas da universidade;
- Criar Programa de apoio à publicação conjunta entre docentes e discentes;
- Consolidar a Política de Cotas que garantam o acesso e, sobretudo, a permanência e o sucesso do estudante durante a formação universitária, preparando esse capital humano e cultural para uma real inserção produtiva no mundo do trabalho;
- Criar Comissão Permanente Multidisciplinar para Apoio e acompanhamento do Estudante deficiente;
- Isentar da taxa do vestibular os candidatos comprovadamente oriundos das escolas públicas;

- Incluir como indicadores de avaliação da pesquisa e da extensão universitária, de forma interdependente com o ensino, a produção do conhecimento e inovação gerados nos espaços dos trabalhos de conclusão de curso de graduação e da Residência Docente na educação básica;
- Incentivar a participação dos estudantes em ações de cultura, esporte e lazer como via de manutenção da qualidade de vida;
- Incentivar propostas de formação política dos estudantes, integradas ao currículo, preparando-os para atuação cidadã, sendo portando multiplicadores na conquista de direitos e na defesa dos direitos constitucionais e institucionalmente garantidos;
- Fomentar e fortalecer as Empresas Júnior.

AÇÕES AFIRMATIVAS

A Universidade do Estado da Bahia, desde a sua origem, configura-se, como uma universidade ocupada com a inclusão social ou, em termos mais contemporâneos, uma universidade de Ações Afirmativas. Se considerarmos que as Ações Afirmativas são políticas públicas voltadas para a correção e reparação de desigualdades sociais historicamente instituídas, a opção inicial da UNEB pelo formato da multicampia que resultou na interiorização do ensino superior por todo o estado da Bahia confere a ela a meritória prerrogativa de ser uma universidade da inclusão.

Não obstante os méritos dessa característica se observa na UNEB a inexistência de uma perspectiva institucional capaz de congrega o conjunto das atividades de inclusão social dando a elas uma integralidade sistêmica e um formato programático. Na maioria das vezes, as atividades são desconexas e os seus efeitos bastante pontuais ocasionando uma dispersão de esforços, o uso pouco racional dos escassos recursos disponíveis e, sobretudo, a não utilização estratégica da potencialidade pioneira da UNEB no campo nacional e internacional das políticas de ação afirmativa. Essa forma dispersa de condução das ações de inclusão tem dificultado tanto o acesso às fontes de financiamento externos, quanto à articulação interna das atividades de maneira a melhor planejá-las, acompanhar o seu desenvolvimento e monitorar a sua execução. Dificulta também o necessário processo de reunião e análise dos dados e informações disponíveis, bem como a avaliação dos seus impactos e resultados de forma a aperfeiçoar o sistema,

adequar o seu espectro conceitual e de abrangência, adotar metodologias apropriadas e corrigir trajetórias, ampliando consideravelmente, o número, a extensão e o significado dos benefícios sociais e beneficiários já existentes.

Mesmo reconhecido os efeitos socialmente positivos do sistema de cotas para negros e indígenas, principal ação afirmativa da UNEB ele, isoladamente, não é forte o suficiente para promover uma mudança mais profunda na cultura universitária, de um modo geral. Mudança essa voltada para a ampliação da sua configuração e do seu espectro democrático ao dar abrigo às diversidades, todas elas: étnicas, raciais, culturais, de gênero, de geração/faixa etária, de inserção territorial-geográfica, de deficiência física e outras, que compõem o quadro de estudantes, professores e servidores Técnicos e Analistas Universitários e administrativos nos diversos departamentos da universidade.

Diante disso, há a necessidade de uma definição mais precisa e conceitualmente, aperfeiçoada das Ações Afirmativas na UNEB.

PROPOSTAS

- Instituir um Programa Permanente de Ações Afirmativas da UNEB com vistas a normatizar os direitos coletivos das populações universitárias oriundas de todos os grupos populacionais historicamente discriminados;

- Autonomizar a gestão das Ações Afirmativas da UNEB sem a perda das conexões recomendáveis e necessárias com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil;
- Instituir normas e procedimentos que evitem as prováveis fraudes ou infrações normativas cometidas contra o sistema de cotas para negros e indígenas;
- Instituir formatos regulares de avaliação capazes de mensurar a qualidade de gestão das Políticas de Ação Afirmativas da UNEB, bem como os impactos gerais, internos e externos, por elas provocados;
- Revisão da regulamentação de Reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação - sistema de cotas, para inclusão da pessoa com deficiência;
- Tornar a gestão administrativa e os procedimentos acadêmicos de Ação Afirmativa da UNEB, em um modelo-referência nacional de inclusão social ampla e de difusão de uma cultura universitária de igualdade de direitos, de oportunidades, de representação, de condição e de tratamento;
- Instituir os princípios da transversalidade, da permanência da continuidade das ações afirmativas na UNEB como pressupostos prático da igualdade e como garantia da sua presença efetiva das ações afirmativas em todas as dimensões da vida acadêmica, administrativa e comunitária da universidade.

FORTALECIMENTO DAS AÇÕES COM OS INDÍGENAS, ASSENTADOS, QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A identidade acadêmica e, principalmente, social da UNEB, pelas características próprias à multicampia e opções iniciais de atender a uma população majoritariamente distante dos grandes centros urbanos, dificilmente pode ser definida sem a sua intrínseca relação com os movimentos sociais e com os grupos populacionais contemporaneamente nomeados “Povos e Comunidades Tradicionais”, grupos esses, fortemente presentes no Estado da Bahia, os quais as definições oficiais caracterizam como culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, que usam e ocupam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Embora as relações da UNEB com os grupos populacionais vinculados a alguns movimentos sociais, tais como os indígenas e os assentados rurais, sejam mais conhecidas, há a necessidade de qualificarmos essas relações e, sobretudo, de nos aproximarmos mais dos quilombolas, das marisqueiras, e demais comunidades e povos tradicionais instituindo um regime programado de colaboração.

A natureza própria desses grupos populacionais e a urgência de suas demandas específicas requisitam da UNEB a definição de políticas institucionais que efetivamente

contribuam para que esses povos e comunidades se integrem, em definitivo, aos fóruns regulares da cidadania, dos direitos e de condições satisfatórias de existência, sem a perda dos seus costumes, modos de vida e referenciais identitários.

PROPOSTAS

- Definir uma política universitária de perfil acadêmico e social que oriente e defina as concepções e ações de parceria entre a UNEB, os grupos populacionais vinculados aos movimentos sociais e as comunidades e povos tradicionais, em conformidade com as políticas estadual e federal voltadas para esses segmentos;
- Inventariar as ações e Programas Especiais de Formação já existentes, avaliar as suas formas de funcionamento e extensão dando a eles configurações administrativas mais ágeis e adequadas - individualizadas ou gerais, conforme o caso -, objetivando o aperfeiçoamento da sua eficácia, eficiência e a ampliação controlada do seu alcance;
- Reformular os marcos regulatórios e normas que conformam o funcionamento dos Programas Especiais já existentes adequando-os à recepção das demandas de formação e/ou qualificação dos povos e comunidades tradicionais;

- Definir fóruns de discussão e de proposição com a participação de representantes dos grupos referidos, povos e comunidades tradicionais, como forma de acompanhamento e avaliação das ações e Programas desenvolvidos;
- Priorizar a formação e/ou qualificação profissional como referência geral de todas as ações e Programas que relacionam a UNEB aos grupos referidos, povos e comunidades tradicionais;
- Intermediar relações entre os movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais com representações do Estado, no sentido de contribuir para a garantia dos direitos de cidadania, de existência econômico-social digna, de participação democrática, de reconhecimento social, de preservação de identidades e de direitos legais de acesso à terra e aos recursos naturais.
- Criar Programa de Pesquisa que alcance a Iniciação Científica, os Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como os Mestrados e Doutorados da UNEB com a meta geral de ampliar os conhecimentos sobre os grupos referidos, povos e comunidades tradicionais, e com o objetivo de contribuir para a melhoria das suas condições de vida e de existência;
- Criar Programas de Extensão voltados para os grupos referidos, povos e comunidades tradicionais com o objetivo de subsidiar os processos de formação e/ou qualificação profissional, de reforçar as estruturas próprias de organização

e de atender demandas que se afigurem como necessárias à melhoria da qualidade de vida;

- Criar e implantar Curso de Licenciatura Especial voltado para as Comunidades Quilombolas com base na nova Modalidade Educacional e Parâmetros Curriculares da Educação Escolar Quilombola;
- Consolidar o Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI, como oferta regular, voltado para as Comunidades Indígenas com base na nova Modalidade Educacional e Parâmetros Curriculares da Educação Escolar Indígena;
- Incentivar a criação e implantação de Programas Interdisciplinares de Pós-Graduação na UNEB (acadêmicos e/ou profissionais) com Área de Concentração e Linhas de Pesquisa com temas relacionadas aos grupos populacionais vinculados a movimentos sociais e aos povos e comunidades tradicionais;
- Incluir no Programa de Ações Afirmativas da UNEB formas específicas e normatizadas de acesso dos povos e comunidades tradicionais aos cursos regulares de graduação e pós-graduação.

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Apesar de reconhecido o direito de acesso ao Ensino Superior às pessoas com deficiência, os dados estatísticos revelam ser ainda reduzido no país o número de estudantes com estas características que conseguem ingressar neste nível de ensino.

Enquanto o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que no Brasil aproximadamente 45,6 milhões de pessoas se autodeclararam com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora e intelectual), os dados do Censo da Educação Superior de 2011 disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam entre os 6.739.689 estudantes universitários existentes no Brasil, apenas 0,34%, ou seja, 23.250 com necessidades especiais (BRASIL/INEP, 2011). Na Bahia este número é ainda menor, de acordo com esta mesma pesquisa, em 2011 existiam apenas 821 estudantes com deficiência matriculados em instituições de Ensino Superior, públicas e privadas.

A UNEB não dispõe de dados oficiais sobre os estudantes com deficiência matriculados em seus cursos, o que já indica a ausência de uma política verdadeiramente inclusiva, denunciando a não visibilidade destes sujeitos frente às ações até então implementadas. Registre-se que a legislação brasileira vem sinalizando, desde a LDB 9394/96, para políticas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Para alterar esta realidade e instituir uma Política de Acessibilidade aos estudantes com deficiência, esta proposta contempla as ações e projetos a seguir elencadas.

PROPOSTAS

- Construir uma Política de Acessibilidade aos estudantes com deficiência a partir de ampla discussão com a comunidade universitária, inserindo especialmente os grupos que pesquisam, atuam e militam nesta área;
- Difundir na UNEB a cultura de inclusão e acessibilidade (arquitetônica, urbanística, instrumental, ergonômica, comunicacional, metodológica, programática, tecnológica e informacional) através da inserção destes princípios nos documentos institucionais de planejamento, avaliação e regulamentação, bem como na comunicação oficial interna e externa;
- Fomentar e apoiar projetos em convergência com o objetivo de transversalização das questões de inclusão e acessibilidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Garantir condições físicas, materiais, financeiras e humanas para desenvolvimento e monitoramento de pesquisas, acompanhamento e apoio técnico-pedagógico a pessoa com deficiência;
- Garantir a remoção das barreiras atitudinais, arquitetônicas, urbanísticas, instrumentais, ergonômicas, comunicacionais, metodológicas, programáticas, tecnológicas e informacionais na Uneb.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PERMANENTE DE SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS E DOCENTES

O maior patrimônio da UNEB são as pessoas que dela fazem parte, e portanto a política de gestão universitária deverá priorizar a valorização da sua comunidade acadêmica fomentando a criatividade, a experiência, o espírito de liderança, a inovação, a capacidade de trabalho em equipe, a produtividade, dentre outros.

O reconhecimento das pessoas como prioridade da gestão demanda ações permanentes de valorização, profissionalização e qualidade de vida do técnico e analista universitário e docentes da Universidade. Essas ações precisam envolver, de um lado, o investimento na formação continuada e de outro, o engajamento e a disposição pessoal de todos os atores em investir no seu próprio processo formativo.

Em 2010, a implantação da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) permitiu uma melhor articulação das ações voltadas para a profissionalização e valorização de pessoas da UNEB, entretanto é necessário avançar na consolidação de uma política institucional de valorização, profissionalização e qualidade de vida, a ser discutida nos fóruns específicos e aprovada pelo CONSU. Esta política institucional deverá estar comprometida com a criação de um conjunto de espaços, ações e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, com base nas necessidades evidenciadas pelos próprios docentes, técnico e analistas universitários.

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO

PROPOSTAS

- Implementar a Política Institucional de Valorização, profissionalização e qualidade de vida, após sua discussão pelos fóruns competentes e aprovada pelo CONSU;
- Fortalecer e ampliar as ações da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas como órgão fomentador e coordenador da política institucional de Valorização, profissionalização e qualidade de vida;
- Implementar programas de integração, apoio e acompanhamento dos servidores técnico administrativos e docentes, recém-empoados, incluindo cursos no estágio probatório baseado na reflexão sobre a prática;
- Implementar Programa voltado para o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico administrativos e docentes;
- Fortalecer o diálogo com os servidores técnico administrativos e docentes de diversos setores da Universidade com vistas a favorecer a acessibilidade das informações e subsidiar uma gestão que contribua para o fortalecimento da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente comprometida;

- Estabelecer critérios claros e objetivos para ocupação de cargos de provimento temporário;
- Padronizar a concessão de CET e RTI para ocupantes de cargos de provimento temporário;
- Investir em Fóruns de natureza formativa, na modalidade presencial e a distância - de iniciativa institucional e/ou dos docentes e técnicos administrativos, com foco na inovação, na capacitação tecnológica, melhoria da competência para o trabalho, valores éticos no trabalho, cidadania, justiça social, uso racional dos bens públicos, dentre outros temas;
- Incrementar, a partir da Editora da UNEB, a publicação de livros por parte de servidores técnico administrativos e docentes;
- Desenvolver processos formativos para Autonomia Tecnológica, fundados nos princípios da auto-aprendizagem e auto-gerenciamento, voltados para a autonomização do docente e servidor técnico administrativos na utilização das TIC em sua atuação profissional e em seu percurso de formação continuada;
- Construir regulamentação que defina critérios e procedimentos para solução de situações de desvio de função, a partir de discussões coletivas envolvendo representações das categorias e da Gestão, em convergência com a legislação pertinente e os princípios definidos nos documentos institucionais da Universidade.
- Implantar Sistema Unificado de Gerenciamento e Acompanhamento de concessão de Bolsas, articulando todos os Programas internos e das agências de fomento;

Servidores Técnico Administrativos

- Regular e garantir recursos específicos para viabilizar a participação em eventos qualificados por parte dos servidores técnico administrativos;
- Viabilização do Plano de Carreira com movimentação horizontal e vertical (progressão e promoção) para técnicos administrativos, em conformidade com a Lei 11.375/2009 e adequado à natureza do trabalho exercido pelos mesmos na UNEB;
- Implantar meios institucionais para Formação inicial de nível superior para os servidores técnico administrativos, em forma de Projetos especiais ou mediante reserva de vaga nos cursos de oferta regular;
- Instituir um programa destinado aos servidores técnico administrativos que contemple a formação em nível de especialização, mestrado e doutorado, como mecanismo de continuidade do processo formativo;
- Implementação de sistema de incentivo aos servidores técnico administrativos mediante conclusão de processos formativos de extensão, graduação ou pós-graduação, a partir de regulamentação específica que defina critérios e procedimentos;
- Estabelecer uma política de ampliação do quadro de servidores técnico administrativos com base em estudos sobre as necessidades da UNEB;

- Priorizar os servidores técnico administrativos para ocupação das Pró-reitorias, Gerências e Assessorias Especiais que não exigem a condição de docência, mediante a convergência da função com o perfil de formação do profissional;
- Regularizar dispositivos para a inserção dos servidores técnico administrativos em projetos de natureza acadêmica, incluindo a concessão de bolsas, mediante processos seletivos específicos que considerem a convergência da função com o perfil de formação do profissional;
- Instituir política específica de gerenciamento dos cargos comissionados, com critérios claros para concessão destes, observando a proporcionalidade de tempo para aposentadoria, de forma a garantir estabilidade no cargo mais elevado, para aposentadoria dos servidores técnico-administrativos e analistas;
- Implementar Programa de Incentivo à Produtividade Técnica para os servidores técnico-administrativos e analistas;
- Criar uma política de assistência aos servidores da UNEB com vínculo terceirizado, e um espaço institucional específico na PGDP para implementação e acompanhamento desta política.

Docentes

- Fomentar a implementação de curso de pós-graduação *stricto sensu* em Pedagogia Universitária

tendo como base a reflexão sobre a prática, a pesquisa e inovação das práticas pedagógicas;

- Regulamentar e garantir recursos específicos para viabilizar a participação em eventos qualificados por parte dos docentes da Universidade;
- Fomentar a criação de espaços de interlocução pedagógica nos colegiados centrados na reflexão sobre a prática educativa dos docentes, como parte de sua carga horária de trabalho, que viabilizem o compartilhamento de experiências, dúvidas e auxílio mútuo, se constituindo, efetivamente, em um lugar de formação continuada;
- Ressignificação do tempo/espaço do planejamento pedagógico previsto no calendário acadêmico, consorciando-o a processos formativos (planejamento, currículo, PPP e afins) no âmbito departamental;
- Criar e implementar as assessorias pedagógicas junto aos Colegiados de cursos;
- Fomentar a institucionalização de fóruns de discussão de natureza formativa, intra e interdepartamentais, de compartilhamento e reflexão de práticas pedagógicas inovadoras na universidade, que envolva uma gestão participativa e estimuladora do protagonismo dos estudantes;
- Investir regularmente em publicações institucionais que veiculem relatos analíticos de práticas educativas desenvolvidas na universidade;
- Publicar editais regulares de projetos de pesquisa sobre o processo de ensino-aprendizagem na

universidade, a partir da articulação ensino, pesquisa e desenvolvimento profissional docente contribuindo para revalorização da docência e da investigação pedagógica no meio acadêmico;

- Implementar um programa de formação docente profissional, incluindo um Núcleo de Assessoria e Inovação Pedagógica e ações efetivas de integração e apoio ao docente iniciante;
- Constituição de convênios de cooperação interinstitucional de intercâmbios docentes.

POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

PROPOSTAS

- Criação de um Programa de Assistência e Promoção Social para o servidor da UNEB, com foco especial na prevenção à depressão e às doenças provenientes do exercício da função, bem como ao cuidado e tratamento de doenças crônicas já instaladas;
- Implementar programas de qualidade de vida no trabalho, com abrangência de áreas de Nutrição, Enfermagem, Fonoaudiologia, Farmácia, Psicologia, Atividades Físicas, Lazer, etc. articulado com os Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, Programas de Pós-graduação e

Núcleos de Pesquisa com atuação nas respectivas áreas;

- Ampliar e melhorar os serviços médico e odontológico oferecidos pela UNEB, incluindo as áreas do programa de qualidade de vida e priorizando o atendimento aos servidores da Universidade;
- Viabilizar condições de acessibilidade aos docentes e técnico-administrativos portadores de necessidades especiais, através de:
 - a. adaptação das estruturas físicas e de deslocamento que compõem os *campus* da Universidade;
 - b. aquisição de programas e softwares específicos para suporte à acessibilidade, com o necessário processo de formação dos servidores para sua utilização.

INFRAESTRUTURA

A UNEB tem como desafio atender as demandas de ampliação, adequação e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de forma a garantir o desempenho das atividades institucionais com qualidade. Historicamente a ampliação da infraestrutura na Universidade tem ocorrido para atender as demandas já instaladas caracterizando a ausência de um planejamento de curto, médio e longo prazo para a sua expansão, decorrendo constantemente na necessidade de adequação da infraestrutura existente.

A construção de uma nova proposta para a gestão e operacionalização da infraestrutura da UNEB esta vinculada a compreensão de três dimensões para análise:

1. Predial ou edificação e instalações
2. Tecnologia da informação e comunicação
3. Conservação, manutenção e aquisição de recursos materiais e patrimoniais

A gestão da infraestrutura é um ponto relevante do compromisso de campanha, pois com o crescimento e a expansão da universidade, os benefícios sociais advindos da interiorização, impactam no planejamento e dimensionamento de sua infraestrutura demandando processos mais céleres para gestão dos recursos materiais e patrimoniais da universidade.

Ao longo do tempo efetivamente a infraestrutura da universidade não acompanhou a sua densidade territorial quanto à necessidade de adequação às novas demandas sociais, gerando um distanciamento entre a capacidade

instalada da infraestrutura e os padrões de qualidade acadêmica e administrativa.

A proposta ora apresentada tem com premissas básicas a formulação de políticas e implantação de ações que sigam os princípios da sustentabilidade, acessibilidade, economicidade, ergonomia, eficácia e responsabilidade socioambiental, amparados no equilíbrio financeiro.

EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES

PROPOSTAS

- Definir parâmetros técnicos, fundamentados nos princípios da sustentabilidade, economicidade, ergonomia e acessibilidade a fim de desenvolver uma proposta de infraestrutura física (edificações, instalações, mobiliários) para um projeto de **“Campus Universitário de referência”**;
- Implantar as sedes próprias dos Campi Universitários que ainda não as possuem, mediante recursos financeiros próprios, definindo as prioridades com as comunidades dos *campi*, ou por meio de captação de recursos junto aos órgãos financiadores de infraestrutura;
- Instituir uma política para gerenciamento de contratos de manutenção e preservação da infraestrutura de edificações e instalações da

universidade priorizando a sua manutenção sob dois aspectos:

1. Otimização do tempo de resposta às manutenções corretivas
 2. Estabelecimento da prática de manutenções preditivas e adaptativas com ênfase no emprego sustentável de energia, água e uso de materiais ecologicamente responsáveis
- Revisar e adequar as instalações físicas das bibliotecas da Universidade, com vistas a garantir aos usuários, condições de acessibilidade, segurança e conforto;
 - Adequar, reformar e/ou construir espaços físicos e equipamentos que atendam às necessidades dos portadores de deficiência;
 - Desenvolver e implantar projetos para construção de espaços de convivência, multifuncionais, em todos os campi, que viabilizem a prática de esportes, manifestações artísticas, políticas e culturais e, sobretudo a interação entre a comunidade unebiana e a sociedade como um todo;
 - Construir, adequar estruturas físicas existentes e/ou garantir espaços em creches através de parcerias institucionais para atender a comunidade universitária;
 - Construir as residências universitárias em todos os campi no prazo de 4 anos, conforme previsto na assistência estudantil;

- Construir ou adequar as estruturas físicas existentes para os restaurantes universitárias, conforme previsto na assistência estudantil.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROPOSTAS

- Implantar um Sistema de Gestão de Processos Administrativos Eletrônicos via web, com vistas a:
 1. sistematizar e integrar os pólos regionais;
 2. proporcionar o controle e acompanhamento dos processos e documentos que tramitam nas unidades universitárias;
 3. Instituir a regulamentação de processos/ documentos na forma eletrônica, em conformidade com legislação vigente.
- Implementar gradativamente o uso de software livre na UNEB, mediante conectividade com as comunidades de softwares de redes sociais, instituições, e particulares, mantendo fóruns de discussões, disponibilizando livremente versões e criando um ecossistema de software independente;
- Ampliar de forma contínua o link de internet, com vistas a oferta ampla e livre em todos os departamentos;

- Desenvolver estudos de viabilidade técnica e econômica de instalação de circuitos por satélite para atender os departamentos com situação crítica ampliando a capacidade da videoconferência;
- Ampliar o *datacenter* da UNEB;
- Atualizar os laboratórios de informática com equipamentos de última geração, que atendam a especificidade e aplicabilidade de cada ambiente;
- Ampliar do numero de títulos e links em biblioteca virtual.

CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

PROPOSTAS

- Estabelecer políticas administrativas através dos fóruns coletivos especializados e instâncias deliberativas da Universidade, com parâmetros institucionais, de planejamento, priorização, dimensionamento e atualização dos recursos materiais e patrimoniais do parque tecnológico administrativo e acadêmico;
- Criação de Gerências Administrativas em todos os *campus* da Universidade, fortalecendo esta dimensão de gestão para os processos de ampliação, adequação e manutenção da infraestrutura física

e tecnológica de forma a garantir o desempenho das atividades institucionais com qualidade;

- Otimizar os processos de aquisição de recursos materiais e patrimoniais garantindo a equiparação das estruturas de cursos de mesma área, reduzindo as diferenças entre os campi e mantendo um fluxo contínuo de suprimentos sem ruptura no atendimento das demandas da universidade;
- Adquirir equipamentos e programas computacionais de mediação das condições de acessibilidade dos deficientes físicos da comunidade universitária, viabilizando o acesso a instalações físicas como também aos sistemas computacionais da UNEB;
- Atualizar permanentemente os equipamentos de laboratórios em consonância com os Projetos de cursos e planejamento dos respectivos Colegiados/ Departamentos de acordo com a política de aquisição da Universidade;
- Aquisição de *Netbooks/tablets* para docentes, técnicos e analistas universitários visando a autonomia de acesso ao sistema acadêmico e administrativo;
- Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico físico disponível em cada Biblioteca, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Uneb vem realizando processos de avaliação institucional desde 1998, tendo acumulado importantes resultados e algumas contribuições para o desenvolvimento institucional.

A CPA (Comissão Própria de Avaliação) vem tendo atuação permanente na busca de ampliar os envolvidos nos processos e a credibilidade dos mesmos. Concluiu o primeiro ciclo de autoavaliação com as referências do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) em 2010 e foi protagonista na criação do Fórum de Avaliação Institucional das IES Públicas da Bahia.

Não obstante, o caminho para a consolidação efetiva de uma cultura que acolha a avaliação, na sua dimensão democrática e formativa, como uma atividade basilar para o desenvolvimento institucional, ainda carece de largos passos.

Fortalecer os processos de avaliação, sua articulação com o planejamento e a gestão em todas as suas dimensões, aperfeiçoar os mecanismos de apoio institucional aos mesmos e valorizar a participação dos membros da comunidade acadêmica, seja como responsáveis pelos processos ou avaliadores, são grandes e urgentes desafios a serem enfrentados nesta direção.

PRINCÍPIOS GERAIS

- Empoderamento dos processos de avaliação institucional realizados pela CPA e Comissões Setoriais, respeitando as suas prerrogativas de autonomia, para que eles possam impactar nas decisões estruturantes da vida universitária;
- Garantia de condições para a regularidade dos ciclos avaliativos, de modo que produzam resultados significativos, que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade das ações institucionais e fortaleçam os movimentos que apontam as transformações necessárias à UNEB, a partir das conjunturas e potencialidades evidenciadas;
- Afirmação de uma concepção de avaliação institucional formativa e democrática, organicamente articulada aos processos de planejamento e gestão universitárias, superando práticas burocráticas ainda hegemônicas, focadas apenas nos processos regulatórios externos;
- Compromisso político com a afirmação de uma cultura de avaliação na gestão universitária, incorporando um novo modo de pensar e acolher os valores e demandas dos seus públicos internos e externos, para além dos períodos de apresentação de resultados, estendendo a “cultura/ação avaliativa” para todos os momentos de tomada de decisões e de seus processos de implementação;

- Apoio e estímulo permanente à ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos de autoavaliação e avaliação externa;
- Implementação e/ou consolidação de sistemas de informações, assegurando aos envolvidos nos processos avaliativos, fácil acesso às informações, transparência, fidedignidade e credibilidade;
- Articulação com as demais universidades estaduais baianas e com outros sistemas de avaliação que atuem dentro dos princípios explicitados neste programa;
- Afirmção da identidade institucional multicampi e multiregional na concepção dos processos avaliativos.

PROPOSTAS

- Fortalecimento da CPA e das Comissões Setoriais de Avaliação Institucional em termos de recursos orçamentários, infraestrutura, pessoal e equipamentos necessários à plena realização das suas funções, assegurando aos seus componentes a disponibilidade de carga horária prevista nos documentos legais, aprovados pelos Conselhos Universitários (recomendações expressas do Relatório de Recredenciamento da UNEB);
- Incentivos permanentes à participação da comunidade universitária nos processos avaliativos, sobretudo pela ampla divulgação

da efetividade dos seus resultados nas tomadas de decisões na UNEB, de modo a assegurar credibilidade aos processos;

- Fortalecimento dos processos de monitoramento dos diversos programas/atividades desenvolvidos pela Universidade, através da PROPLAN e respectivos órgãos gestores, como importante subsídio para o aperfeiçoamento dos processos de avaliação institucional, planejamento e gestão;
- Afirmação dos processos de avaliação como base para o planejamento e gestão universitária, notadamente na construção e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Compromisso político com a decisão do Conselho Universitário da Uneb, de realizar a revisão do PDI vigente no ano de 2014, em obediência aos princípios aqui explicitados;
- Aperfeiçoamento da gestão da informação na UNEB, de modo a assegurar a fidedignidade e credibilidade dos dados de suporte aos processos avaliativos;
- Apoio à consolidação do Sistema Informatizado de Avaliação Institucional da UNEB;
- Ampla discussão junto à Comunidade Universitária sobre os níveis de adesão da UNEB ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em articulação com as demais Universidades Estaduais;

- Criação de mecanismos institucionais que assegurem a incorporação das contribuições advindas da avaliação institucional nos processos de tomada de decisão na Uneb, a exemplo da participação mais frequente da CPA e Comissões Setoriais nos Conselhos Superiores e Órgãos Departamentais;

dante Participação S

Professor

siva Social Va

ogo responsabilidade